

# Ulysses e Maciel querem discutir antes do plenário o substitutivo de Cabral

Da Sucursal de Brasília

Lula Marques

Os presidentes do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, e do PFL, senador Marco Maciel (PE), decidiram que o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), deverá dar "conhecimento antecipado" às lideranças dos dois partidos do substitutivo que apresentará, ao plenário do Congresso constituinte, no próximo dia 20 de setembro. De posse do substitutivo, os dois presidentes vão apresentar propostas de consenso sobre as questões mais polêmicas, para que o relator as incorpore ao texto.



O senador Marco Maciel (esq.) e o deputado Ulysses Guimarães conversam no gabinete do deputado

Esta foi a conclusão do encontro que Ulysses e Maciel mantiveram ontem, das 17h30 às 18h, no gabinete do deputado peemedebista, que contou ainda com as presenças dos líderes do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (RS), e na Câmara, José Lourenço (BA), e o secretário-geral do partido, deputado Saulo Queiroz (MS).

"O dr. Ulysses vai se encarregar de procurar o deputado Cabral para lhe explicar este acordo", disse Marco Maciel. Ainda segundo ele,

"não definimos ainda os pontos substantivos. Ficamos nos prolegômenos", referindo-se aos temas polêmicos. Já o senador Carlos Chiarelli disse que "o Bernardo Cabral é um homem preparado, mas não se julga um iluminado. Tenho certeza de que ele vai aceitar a participação dos partidos no seu substitutivo".

O acordo que Ulysses e Maciel

tentarão negociar terá como ponto principal a união de um regime presidencialista com um Congresso e um Judiciário fortalecidos. Pelo roteiro definido por ambos, depois que o relator incorporar as propostas dos presidentes do PMDB e do PFL ao seu substitutivo, os outros partidos também poderão encaminhar suas propostas para negociação. Para o

senador Carlos Chiarelli, os defeitos do atual anteprojeto da Comissão de Sistematização se devem ao fato de não ter existido um texto-base para o trabalho do Congresso constituinte.

Agora, em sua opinião, "esse problema será resolvido com o substitutivo de Bernardo Cabral e da Aliança Democrática".

## 'Grupo do consenso' vota hoje temas polêmicos

Da Sucursal de Brasília

O "grupo do consenso", integrado por cerca de sessenta parlamentares de sete partidos, reúne-se hoje, a partir das 9h, no auditório Filinto Muller, do Congresso, para discutir e votar dezenove pontos polêmicos da nova Constituição. Depois deste encontro, o grupo começará a redigir

emendas ao anteprojeto do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização, que na próxima semana deve começar a se reunir com os grupos suprapartidários para discutir as alternativas formuladas.

Até o final da tarde de ontem, o deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), coordenador do grupo, disse que

não podia adiantar quais pontos teriam chance de obter consenso entre os parlamentares. Cada um dos pontos polêmicos está sendo analisado por um subgrupo suprapartidário e as questões que não obtiverem aprovação da maioria serão colocadas de lado e remetidas à decisão final do plenário do Congresso constituinte.

A partir da próxima semana, o "grupo de consenso" inicia contatos com o grupo centrista, que esteve reunido durante toda a tarde de ontem, discutindo o capítulo do "Sistema Tributário" do anteprojeto de Cabral. O grupo centrista é formado por 32 parlamentares de vários partidos e coordenado pelo senador José Richa (PMDB-PR).

## Congresso vai promover 'esforço concentrado'

Da Sucursal de Brasília

O Congresso Nacional vai iniciar um "esforço concentrado" de votações a partir do próximo dia 23, quando se encerram as sessões extraordinárias do Congresso constituinte, para permitir a apreciação de 118 decretos-leis e sessenta vetos presidenciais a projetos de lei antes da promulgação da nova Constituição, prevista para o dia 15 de novembro. Não foram apreciados, por exemplo, alguns decretos-leis do Plano Cruzado e o veto sobre as normas que regularam as eleições do ano passado.

A pressa da Mesa Diretora do Congresso tem um motivo: se for introduzido na Constituição o modelo italiano de decurso de prazo, que

prevê a rejeição de decretos-leis não examinados no prazo fixado, as propostas pendentes até a promulgação estarão simplesmente revogadas. Entre elas, o Plano de Estabilização Econômica do ministro da Fazenda, Bresser Pereira, que nem foi ainda encaminhado ao Congresso, e o decreto que revogou, no mês passado, o empréstimo compulsório na compra de automóveis. Pelo sistema vigente, os decretos-leis não apreciados no prazo de sessenta dias após sua leitura no Congresso mais dez sessões consecutivas estão automaticamente aprovados.

A necessidade de votação dos decretos-leis e vetos acumulados desde o segundo semestre do ano passado, com o "recesso branco" característico dos anos eleitorais, vai

provocar a realização de sessões em todos horários deixados vagos pelo Congresso constituinte. De acordo com as previsões, o Congresso Nacional passará a se reunir diariamente.

Pela rotina normal, em cada sessão do Congresso são lidos ou votados cinco decretos-leis ou vetos, num total de 24 itens ao longo de uma semana. Nesse ritmo, o Congresso levaria os meses de setembro e outubro somente para a leitura, sem contar as sessões de votação, que geralmente são mais numerosas em consequência dos pedidos de verificação de quorum. Diante da perspectiva de "confusão legislativa" que a promulgação da nova Carta pode criar, a decisão é acelerar ao máximo os trabalhos do Congresso.

Dos 118 decretos-leis à espera de leitura, sessenta deles trazem a assinatura do ex-presidente João Baptista Figueiredo e estão há quase três anos engavetados. O congestionamento tem duas causas: no ano passado, o Congresso Nacional quase não trabalhou, porque a maioria dos parlamentares estava em campanha eleitoral. Este ano, em consequência dos trabalhos do Congresso constituinte, houve, até ontem, apenas 19 sessões conjuntas, em que foram lidos vinte decretos-leis e aprovados cinco, por decurso de prazo. O governo Sarney já produziu 76 decretos-leis. Dezoito deles, apesar de já terem sido publicados no "Diário Oficial", ainda não foram remetidos ao Congresso.